

# Dossiê Temático

## Cosmopolítica e etnopolítica na interseccionalidade do Movimento Indígena

***Luiz Augusto Sousa Nascimento (org.)***<sup>1</sup>  
Instituto Federal do Maranhão

***Flávio Rodrigo Freire Ferreira (org.)***<sup>2</sup>  
Instituto Federal do Rio Grande do Norte

SOUSA NASCIMENTO, Luiz Augusto; FREIRE FERREIRA, Flávio Rodrigo. **Cosmopolítica e etnopolítica na interseccionalidade do Movimento Indígena: apresentação ao dossiê.** *Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste*, 11 (25): 11-18, janeiro a abril de 2024. ISSN: 2358-5587

<sup>1</sup> Doutor em Antropologia Social pelo PPGAS/UFSCar, professor do Instituto Federal do Maranhão – IFMA, pesquisador associado ao Centro de Trabalho Indigenista (CTI), coordenador do Laboratório de Estudos de Populações Tradicionais e Educação (LEPTE/IFMA/CNPq) e Bolsista de Produtividade Científica (BPC/PRPGI/IFMA).

<sup>2</sup> Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), professor do Instituto Federal do Rio Grande do Norte e diretor geral do *Campus* Canguaretama, coordenador do Observatório da Diversidade (IFRN) e membro do grupo de pesquisa Cultura, identidade e representações simbólicas (CIRS-UFRN).

APRESENTAÇÃO AO DOSSIÊ

## Cosmopolítica, etnopolítica na interseccionalidade do movimento indígena na América Latina

A proposta do dossiê *Cosmopolítica, etnopolítica na interseccionalidade do movimento indígena na américa latina* foi conjecturado no âmbito dos planos interinstitucionais envolvendo pesquisadores dos Institutos Federais do Maranhão (IFMA) e Rio Grande do Norte (IFRN). Com o intento de reunir pesquisas etnográficas relacionadas aos movimentos indígenas na América Latina e, especificamente no Brasil, o objetivo era de lançar a partir de diferentes canais de divulgação científica, os debates que promovessem o protagonismo dos movimentos indígenas, das lideranças indígenas e os suportes teóricos-analíticos latentes na literatura etnológica corrente. Nesse contexto, elegemos duas categorias analíticas: cosmopolítica e etnopolítica, ambas polissêmicas e de amplitude nos debates que envolvem os povos originários. Propomos, nessa apresentação, fazer um balanço sobre os debates nesse campo de investigação, colocando a cosmopolítica e a etnopolítica em perspectiva.

Para colaborar e ampliar o nosso intento, submetemos uma proposta com a mesma temática do dossiê no formato de Grupo de Trabalho na XIV Reunião de Antropologia do Mercosul (RAM), realizada em agosto de 2023 na Universidade Federal Fluminense (UFF), onde recebemos trabalhos relevantes no tocante aos propósitos deste dossiê. Essa ação foi enriquecedora para percebermos o alcance e a complexidade do debate cosmopolítico, etnopolítico e dos movimentos indígenas nos encaixes etnográficos contemporâneos cuja complexidade merece investigações de fôlego para mergulhar os ditames das diferentes vertentes do movimento indígena. Por movimento indígena, a literatura etnológica consagra um conjunto de ações relacionadas ao protagonismo de lideranças indígenas como sujeitos políticos e históricos, na convergência das diferentes ações e de diferentes pautas dos povos originários (política fundiária, educação, saúde, meio ambiente, bilinguismo, turismo comunitário, inclusão digital, direitos humanos entre outras ações), que a literatura especializada elenca como etnopolítica ou política étnica. A política étnica ganhou força nas décadas mais recentes e tem sido crucial para defender direitos individuais e, principalmente coletivos, nos processos

constituintes e no deslocamento do status social relacionado ao devir-ser indígena, quando os indígenas passaram a exercer a condição sujeitos políticos de direitos dentro dos estados nacionais e não mais tutelados pelo Estado, condição esta, que se arrastou ao longo dos processos intersocietários entre povos originários e a chamada sociedade política colonizadora.

Esse deslocamento permitiu aos povos originários, ocuparem com legitimidade espaços de vez e voz, fazendo se representar através do dispositivo conhecido como lugar de fala (RIBEIRO, 2017)<sup>3</sup>, tornando-se imprescindíveis o levante das suas pautas e suas epistemologias como bases reflexivas para o debate dos movimentos indígenas, que a partir de então passaram a ser operacionalizados em diferentes frentes. No campo antropológico, esse encontro entre diferentes epistemologias tem causado inquietações e expectativa com relação a novas elaborações, conforme anuncia Ramos, ao fazer referência a construção de uma *antropologia ecumênica* (2014) que se definiria a partir da acumulação de ideias sobre a alteridade.

Nesse contexto, as noções de etnopolítica e de cosmopolítica se interseccionam nas estratégias discursivas das lideranças indígenas. As propositivas etnopolíticas ou indigeneidade (CADENA, 2019), reforçam as ações políticas orientadas e pautadas pelos indígenas que participam dos embates institucionais frente às esferas dos Estados nacionais, pois a instituição Estado nega as diferenças ontológicas da indigeneidade. A autora ainda compreende que a etnopolítica se manifesta pela etnicidade cuja comissão de frente comporta lideranças letradas que transitam sistematicamente e acompanham o debate da política nacional. Desarte, a etnopolítica e a cosmopolítica se expressam a partir de uma visão de mundo não ocidental que intervém como agência na realidade, conforme destaca o antropólogo *Eduardo Viveiros de Castro* em bate-papo com o líder indígena *Ailton Krenak*: “O modo, por exemplo, como os Yanomami se relacionam com o mundo deles, resolve antecipadamente todos os problemas que a gente só conseguiria resolver tendo que fazer um tremendo estudo técnico de sustentabilidade daquela região” (Conversa na Rede - *Partículas particulares*. Disponível em plataforma de vídeo, 2023)<sup>4</sup>.

Em relação às noções de cosmopolítica, diferentes pesquisadores lançaram luz sobre o tema, embora percebamos que o uso mais recorrente para o debate em tela é o da filósofa Isabelle Stengers (2018), que considera cosmopolítica como uma política em que mundos múltiplos se contraem em constantes divergências, mas ao mesmo tempo reconsidera esses mundos múltiplos como um mundo comum. Para Stengers (2010), a ideia de cosmopolítica pode parecer paradoxal, no entanto:

Eu diria, o termo “cosmopolítica”, o cosmos não corresponde a nenhuma condição, não estabelece nenhuma exigência. Coloca a questão dos possíveis modos não hierárquicos de convivência entre o conjunto das invenções da não equivalência, entre os valores e obrigações divergentes por meio dos quais se afirmam as existências emaranhadas que o compõem<sup>5</sup>. (STENGERS, 2010: 359)

Seguindo o mesmo desenho analítico-explicativo, Cadena e Legoas (2014), consideram que cosmopolítica é uma conversa entre mundos divergentes com a

<sup>3</sup> *O que é lugar de fala?* Djamila Ribeiro, Belo Horizonte: Letramento/Justificando, 2017. p. 112.

<sup>4</sup> Link de acesso a vídeo com a conversa: <https://www.youtube.com/watch?v=wp5NlnNE4BI&t=627s> acesso realizado em 04/03/2024.

<sup>5</sup> “I would say, then, that as an ingredient of the term ‘cosmopolitics’, the cosmos corresponds to no condition, establishes no requirement. It creates the question of possible nonhierarchical modes of coexistence among the ensemble of inventions of nonequivalence, among the diverging values and obligations through which the entangled existences that compose it are affirmed.”

capacidade de transformar uma relação de guerra em uma política. As cosmopolíticas indígenas se contrapõem e tensionam o colonialismo e se colocam como alternativa à construção de novas formas de estar no mundo.

A Cosmopolítica indígena desafia o poder da política moderna a ignorar aqueles humanos e outros que não humanos que ela decide negar a existência. No entanto, e crucialmente importante, a Cosmopolítica indígena não substitui o poder com um poder diferente: ela simplesmente relava o cosmos – práticas desconhecidas na diferença que provocam – e com esta revelação, pode propor a necessidade da atenção para os excessos da política moderna e seu modo de representação. (CADENA e LEGOAS, 2014: 7)

Portanto, essas duas categorias imprimem às reflexões tangentes à diferentes processos resultantes de mundos múltiplos e epistemologias díspares cujos ingredientes são vitais para os movimentos indígenas na América Latina e no Brasil. Esses tons são revistos por prismas diferentes e estão emaranhados nos dez artigos selecionados e nos demais ensaios presentes no dossiê. Por exemplo, na resenha da obra *Pintando a psicologia de jenipapo e urucum: narrativas de indígenas psicólogos(as) no Brasil (2022)*; e na entrevista que realizamos com dois sujeitos sociais que imprimem suas respectivas visões acerca do movimento indígena no nordeste. Reflexões imbuídas pela busca constante por compreender esse momento que atravessamos, criando mundos novos a partir dos escombros do mundo que tem ficado para traz.

O ensaio de abertura do dossiê de autoria de Michelle Carlesso Mariano, intitulado *Rop-ni Mëtyktire: de chefe de guerra a pacificador*, está assentado na base teórica-metodológica do perspectivismo ameríndio e analisa as vicissitudes do líder Rop-ni Mëtyktire, cacique Raoni. O texto percorre por diferentes caminhos, destacando as peculiaridades dos *mëbêngôkre mëtyktire*, como um coletivo que assenta na acumulação e transmissão interna de capacidades e riquezas simbólicas; erguido sobre a apropriação externa em potencialidade das suas capacidades agentivas. No contexto estrutural, o texto converge para o debate acerca das proposições cosmopolítica, bem com estabelece conexão interseccionais do cacique Raoni em diferentes frentes alçada ao seu protagonismo como sujeito múltiplo. No mesmo *background* e pelas mesmas pegadas teóricas-metodológicas, Michelly Silva Machado nos apresenta o artigo *Cosmopolíticas e atitudes linguísticas Kayapó: o hino nacional brasileiro na língua Mëbêngôkré (família Jê)*. A autora reflete sobre as ações linguísticas para valorização da língua e da cosmovisão Mëbêngôkre-Kayapó. Para isso, analisa o Hino Nacional Brasileiro, na língua Mëbêngôkré, escrito por Mokuká Kayapó e publicado pelo Projeto de Documentação de Culturas Indígenas do Museu do Índio em 2011. O argumento central do texto está voltado para as reações kayapó contra os anos de contato com os *kubë* (não indígenas) em defesa da sua segurança física e valorização sociocultural.

Abrindo a sequência de artigos relacionados ao movimento indígena contemporâneo e na configuração dos indígenas letrados, Marcos José de Aquino Pereira e Jocimara Braz de Araújo Pataxó em *A cosmopolítica nos movimentos estudantis indígenas: o Centro de Cultura Indígena da UFSCar como manifestação da indiagem/indigenidade*, corrobora com o debate do dossiê, quando articula dados de pesquisa e o debate da cosmopolítica e do movimento indígena no âmbito citadino. A trama central recai nos passos do movimento indígena no âmbito de uma instituição de ensino superior cujo foco perpassa pelos enfrentamentos dos estudantes indígenas na militância do movimento estudantil. Na sequência, o debate se desdobra para o protagonismo das mulheres indígenas. Em *Repertório de*

*movilización de indígenas mujeres de Brasil: análisis del Foro Nacional (2019)*, Elizabeth Ruano-Ibarra percorre pelo movimento de mulheres indígenas no Brasil no âmbito do Acampamento Terra Livre (ATL) vinculado ao Fórum de Mulheres indígenas, fazendo alguns aportes ao movimento de mulheres na América Latina. A autora utiliza a polifonia de vozes de mulheres indígenas, não obstante, capturadas em diferentes cenários políticos. Traz para o debate o feminismo comunitário e a luta das mulheres indígenas por condições de direitos iguais e pelo exercício dos seus respectivos protagonismos. Dando prosseguimento à ênfase do protagonismo de mulheres indígenas, as autoras Maylla Monnik Rodrigues de Sousa Chaveiro e Sara Santos Dias Costa, apresentam o artigo *Sônia Guajajara na política brasileira: mulher indígena construindo um futuro ancestral*. As autoras utilizam do recurso metodológico da netnografia para capturar as posições políticas da ativista indígena e ministra dos povos indígenas Sônia Guajajara, considerando as representações potenciais da ancestralidade de mulheres indígenas na política brasileira e no ciberativismo, atuando para o fortalecimento da democracia em perspectiva cosmopolítica e interseccional. Na mesma linha analítica utilizando dos mesmos recursos metodológicos, Danielle Lima Costa e Luiz Augusto Sousa Nascimento, no ensaio intitulado *O discurso pluriverso da ativista indígena Sônia Guajajara e a interseccionalidade cosmopolítica no movimento indígena*, elegeram seguir as pegadas da ativista indígena/feminina Sônia Guajajara. Os autores vasculham os discursos da ativista desde os tempos da sua militância na aldeia até ela se tornar Ministra de Estado dos Povos Indígenas no governo do presidente da república Luiz Inácio Lula da Silva no ano de 2023. O artigo lança luz para o debate dos discursos pluriversos da líder indígena em diferentes arenas políticas e sociais. Os discursos denominados pluriversos foram capturando pelo recurso do ciberativismo, através de buscas em postagens em redes sociais digitais necessários para estabelecer reflexões sobre a pessoa Sônia Guajajara e coadunando com algumas narrativas míticas relacionadas às peripécias de mulheres no âmbito do seu grupo – os Teneteh/Gujajajara que habitam em territórios hoje, do Estado do Maranhão.

Seguindo os passos das trilhas das lideranças indígenas do Rio Grande do Norte, Yuri Vasconcelos da Silva no artigo intitulado *Lideranças indígenas no Rio Grande do Norte: organização e estratégias de lutas na relação com o Estado* narra a trajetória de duas lideranças indígenas e demonstra o quão da importância da interlocução das lideranças indígenas, perante as instâncias do Estado, que com frequência estimula o debate interseccionais entre a etnopolítica e a cosmopolítica. O autor arrola a ideia de emergência étnica tardia no Rio Grande do Norte e recusa a ideia recorrente que os povos indígenas emergentes usurpam a “boa fé” e que são “índios de benefícios” [sic] como é delegado pelo senso comum quando rotulam as comunidades indígenas locais de “indígenas não verdadeiros”, fato que corroborou para [sic] “que as elites locais utilizasses de estratégias para apagar as especificidades étnicas ao longo dos séculos, chegando a declarar a extinção total das populações indígenas no estado do Rio Grande do Norte, ocorrendo, como consequência, o confisco de seus territórios”.

No texto *O Povo Gavião e os primeiros contatos com as Tecnologias da Informação e Comunicação*, os autores Thiago Allan Ribeiro de Oliveira e André Demarchi a partir de uma situação etnográfica de pesquisa, reflete sobre a história do povo Gavião e como se deu contato e a apropriação das TICs dentro da Terra Indígena Mãe Maria. Buscou-se compreender o dia a dia da aldeia e as sequências sociais, culturais e cosmopolíticas a partir dessa relação com as TICs.

Trazendo para o debate três situações etnográficas relacionadas aos processos de demarcação e identificação de terras indígenas, Luiz Augusto Sousa Nascimento, no artigo intitulado *Cosmopolítica e etnopolítica em duas situações etnográficas acerca dos estudos de identificação e demarcação terras indígenas: os casos Migueleno no Guaporé e os Baré do rio Negro*, lança luz acerca da latência das noções de cosmopolítica e etnopolítica asseguradas pelas lideranças indígenas para configurar a importância das ontologias indígenas para os processos burocratizados pelo Estado brasileiro quanto constituição, garantias e proteção dos territórios indígenas.

No artigo *O Pajé Itambé e o reconhecimento da Terra Indígena de Coroa Vermelha*, os autores Ubirai Silva Matos e Ivaneide Almeida da Silva abordam a trajetória do Pajé Itambé e a formação da Aldeia Coroa Vermelha, seu processo de demarcação e reconhecimento Terra Indígena em Santa Cruz Cabrália, estado da Bahia. Uma liderança fundamental dentro de um processo coletivo de conquista de direito territorial ao Povo Pataxó.

Finalizando com as contribuições propositivas de Emanuely Miranda, Gabriel D. Gruber e Karolyn Ferraz no artigo *Insuficiência do marxismo clássico para as demandas da América Latina: Sumak Kawsay, decolonialismo e alternativas sistêmicas*, estabelece um debate teórico de fôlego frente aos postulados marxistas e das teorias (de)coloniais, apontando para a necessidade de novas roupagens, sobretudo, se tratando em considerar diálogos com outras epistemologias que sempre estiveram localizados na periferia, como no caso das epistemologias indígenas. Para o autor, faz-se necessário ouvir, atentamente e humildemente, as vozes silenciadas e despertar a potência cósmica que há nelas. Aqui há um nítido chamado para a importância de atitudes (de)colonial que estabeleça o respeito das alternativas sistêmicas, que buscam maior coerência com a realidade dos povos endêmicos, sobretudo, os povos originários e os povos da diáspora africana em toda América Latina, ressalta o autor.

Associado ao debate proposto, conversamos em forma de entrevista aberta com o cacique Luiz Katu, da aldeia Catu da etnia potiguara, localizada entre os municípios de Canguaretama e Goianinha, no litoral sul do estado do Rio Grande do Norte e com a professora Julie Cavnac do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, ambos com suas respectivas peculiaridades e papéis sociais. Enquanto o cacique Luiz Katu se tornou protagonista do movimento indígena no Rio Grande do Norte; a professora Julie Cavnac no começo dos anos 2000 publicou um artigo que se tornou um marco reflexivo sobre a presença de grupos étnicos no Estado do Rio Grande do Norte. A ideia foi colocar frente a frente esses dois sujeitos políticos para debater o devir-ser do movimento indígena na contemporaneidade e refletir os caminhos trilhados ao longo desses trinta anos de luta e resistência dos povos originários no âmbito nacional e local.

Para finalizar o dossiê, escolhemos a resenha da obra *Pintando a psicologia de jenipapo e urucum: narrativas de indígenas psicólogos(as) no Brasil* (2022), escrita pelo professor Leandro Durazzo e que destaca atuação de uma nova geração de profissionais indígenas atuando em um campo profissional formado majoritariamente por profissionais não-indígenas.

Esperamos que os ensaios agregados no Dossiê, resultado de ampla reunião e diferentes contribuições intelectuais com enfoques e abordagens convergentes possam provocar reflexões e fornecer ferramentas para compreender e ampliar os debates acerca das proposições cosmopolíticas e etnopolíticas no âmbito dos movimentos indígenas na América Latina.

## Referências

CADENA, Mirasol. Cosmopolítica nos Andes. Reflexões conceituais para além da política. *Maloca Revista de Estudos Indígenas*, 2: 1 – 37 (e019011), 2019.

CADENA, Marisol, LEGOAS, Jorge. Cosmopolítica nos Andes e na Amazônia. Como políticas indígenas afetam a política? *Revista de Estudos de Relações Interétnicas*, 18 (1), 2014.

RAMOS, Alcida Rita. “Mentes indígenas y ecúmene antropológico”. In: BETRISEY, Débora; MERENSON, Silvina. *Antropologías contemporáneas. Saberes, ejercicios y reflexiones*. Buenos Aires: Miño y Dávila, 2014. pp. 35-55.

STERNINGERS, Isabelle. A proposição cosmopolítica. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, 69: 442-464, 2018.

STENINGERS, Isabelle. *Cosmopolitics I. The science Wars*. London: University of Minnesota Press, 2010.

## DOSSIÊS APROVADOS 2025-2027

VOLUME 12, NÚMERO 28 (JANEIRO-ABRIL DE 2025)

***Antropologias dos desertos: Ecologias, povos e cosmologias entre os vazios e as abundâncias de um mundo em transformação***

Dra. Antonela dos Santos (Universidad de Buenos Aires, CONICET)

Dr. Gabriel Rodrigues Lopes (UFS)

Dr. Pedro Emilio Robledo (Universidad Nacional de Córdoba, CONICET)

\*\*\*\*\*

VOLUME 12, NÚMERO 28 (MAIO-AGOSTO DE 2025)

***Mídias digitais e suas implicações na vida cotidiana: contribuições antropológicas***

Dra. Carolina Parreiras (USP)

Dra. Lara Roberta Rodrigues Facioli (UFPR)

\*\*\*\*\*

VOLUME 12, NÚMERO 30 (SETEMBRO-DEZEMBRO DE 2025)

***Enfoques Contemporâneos sobre os Estudos do Cuidado***

Dr. Fabio de Medina da Silva Gomes (Unemat)

Dra. Ludmila Rodrigues Antunes (UFF)

\*\*\*\*\*

VOLUME 13, NÚMERO 31 (JANEIRO-ABRIL DE 2026)

***Epistemologias étnica e racialmente diferenciadas: diálogos possíveis***

Dra. Jane Felipe Beltrão, (UFPA)

Dra. Talytta Suenny Araújo (Museu Paraense Emílio Goeldi)

Dr. Rhuan Carlos dos Santos Lopes (UFC e UNILAB)

Dr. Almiros Martins Machado (PPGA)

\*\*\*\*\*

VOLUME 13, NÚMERO 32 (MAIO-AGOSTO DE 2026)

***Masculinidades, curso de vida e cuidado***

Dr. Esmael Alves de Oliveira (UFGD)

Dr. Marcos Nascimento (IFF/Fiocruz/RJ)

Dr. Camilo Braz (UFG)

\*\*\*\*\*

VOLUME 13, NÚMERO 33 (SETEMBRO-DEZEMBRO DE 2026)

***Etnografia, escrita de si e escrita entre os seus: experimentações, desafios e potencialidades***

Dr. Leandro de Oliveira (UFMG)

Dr. Felipe Tuxá Sotto Maior Cruz (UFBA)

As submissões serão abertas em torno de seis meses antes da data de publicação. Cadastre-se no portal da Revista Aceno para receber as notificações. <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/aceno/index>